

## **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS**

### **Projeto de Lei nº 477, de 1999.**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de plantio de árvores nativas de cada região, em especial aquelas ameaçadas de extinção, na forma que especifica, e dá outras providências.

Autor: Deputado Bispo Rodrigues

Relator : Deputado Ricardo Izar

#### **I – Relatório**

O ilustre Deputado Bispo Rodrigues, mediante o projeto de lei em epígrafe, propõe a introdução na legislação pátria de norma obrigando os construtores imobiliários a plantar uma árvore para cada imóvel residencial ou comercial construído, no caso de edificações coletivas.

O autor justifica sua proposta lembrando a carência de áreas verdes nas cidades e o efeito negativo da falta de árvores na qualidade de vida urbana.

O projeto foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior.

É o Relatório.

#### **II – Voto do Relator**

O nobre relator do presente projeto na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior sintetizou, com rara felicidade, as funções desempenhadas pela vegetação nas cidades. Lembra o ilustre Deputado Costa Ferreira que grande parte dos problemas ambientais urbanos, como a poluição dos cursos d'água, do ar e sonora, o assoreamento dos rios e lagos, as enchentes e os deslizamentos estão intimamente relacionados à supressão da vegetação.

Nos centros urbanos, a concentração de edificações provoca o aumento da temperatura média do ar, constituindo as chamadas ilhas de calor. As áreas arborizadas reduzem a incidência direta da energia solar e aumentam a umidade relativa do ar, podendo contribuir para uma redução de até 4°C, atenuando o problema.



**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS**

**Projeto de Lei nº 477, de 1999.**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de plantio de árvores nativas de cada região, em especial aquelas ameaçadas de extinção, na forma que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O construtor imobiliário deve plantar uma árvore nativa da região, em particular de espécie ameaçada de extinção, para cada unidade imobiliária residencial ou comercial no caso de edificações de uso coletivo.

§ 1º Compete aos órgãos ambientais estaduais e municipais prestar a necessária orientação técnica às construtoras e fiscalizar o plantio das árvores.

§ 2º As árvores devem ter, no momento do plantio, no mínimo um metro e meio de altura.

Art. 3º O construtor imobiliário que não cumprir o disposto nesta lei estará impedido de participar de licitações dos governos estaduais e municipais, bem como de retirar a Carta de Habite-se do imóvel construído.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.